

TERRITORIALIDADES, CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E PERSPECTIVAS DE LUTA

**TIAGO SIQUEIRA REIS
EVÂNIO MASCARENHAS PAULO
ORG.**

Tiago Siqueira Reis
Evânio Mascarenhas Paulo
Organizadores

**Territorialidades, conflitos
socioambientais e perspectivas de
luta**



Pantanal Editora

2025

Copyright© Pantanal Editora

Editor Chefe: Dr. Alan Mario Zuffo

Editores Executivos: Dr. Jorge González Aguilera e Dr. Bruno Rodrigues de Oliveira

Diagramação: A editora. **Diagramação e Arte:** A editora. **Imagens de capa e contracapa:** Canva.com e Microsoft Copilot. **Revisão:** O(s) autor(es), organizador(es) e a editora.

Conselho Editorial

Grau acadêmico e Nome

Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
Profa. MSc. Adriana Flávia Neu
Profa. Dra. Albys Ferrer Dubois
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior
Profa. MSc. Aris Verdecia Peña
Profa. Arisleidis Chapman Verdecia
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva
Prof. Dr. Bruno Gomes de Araújo
Prof. Dr. Caio Cesar Enside de Abreu
Prof. Dr. Carlos Nick
Prof. Dr. Claudio Silveira Maia
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos
Prof. Dr. Cristiano Pereira da Silva
Profa. Ma. Dayse Rodrigues dos Santos
Prof. MSc. David Chacon Alvarez
Prof. Dr. Denis Silva Nogueira
Profa. Dra. Denise Silva Nogueira
Profa. Dra. Dennyura Oliveira Galvão
Prof. Dr. Elias Rocha Gonçalves
Prof. Me. Ernane Rosa Martins
Prof. Dr. Fábio Steiner
Prof. Dr. Fabiano dos Santos Souza
Prof. Dr. Gabriel Andres Tafur Gomez
Prof. Dr. Hebert Hernán Soto Gonzáles
Prof. Dr. Hudson do Vale de Oliveira
Prof. MSc. Javier Revilla Armesto
Prof. MSc. João Camilo Sevilla
Prof. Dr. José Luis Soto Gonzales
Prof. Dr. Julio Cezar Uzinski
Prof. MSc. Lucas R. Oliveira
Prof. Dr. Luciano Façanha Marques
Profa. Dra. Keyla Christina Almeida Portela
Prof. Dr. Leandro Argentel-Martínez
Profa. MSc. Lidiene Jaqueline de Souza Costa Marchesan
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann
Prof. MSc. Marcos Pisarski Júnior
Prof. Dr. Marcos Pereira dos Santos
Prof. Dr. Mario Rodrigo Esparza Mantilla
Profa. MSc. Mary Jose Almeida Pereira
Profa. MSc. Núbia Flávia Oliveira Mendes
Profa. MSc. Nila Luciana Vilhena Madureira
Profa. Dra. Patrícia Maurer
Profa. Dra. Queila Pahim da Silva
Prof. Dr. Rafael Chapman Auty
Prof. Dr. Rafael Felipe Ratke
Prof. Dr. Raphael Reis da Silva
Prof. Dr. Renato Jaqueto Goes
Prof. Dr. Ricardo Alves de Araújo (*In Memoriam*)
Profa. Dra. Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos
Prof. Dr. Tayronne de Almeida Rodrigues
Prof. Dr. Ugur Azizoglu
Prof. Dr. Wéverson Lima Fonseca
Prof. MSc. Wesclen Vilar Nogueira
Profa. Dra. Yilan Fung Boix
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme

Instituição

OAB/PB
Mun. Faxinal Soturno e Tupanciretã
UO (Cuba)
IF SUDESTE MG
Facultad de Medicina (Cuba)
ISCM (Cuba)
UFESSPA
UEA
UNEMAT
UFV
AJES
UFGD
UEMS
IFPA
UNICENTRO
IFMT
UFMG
URCA
ISEPAM-FAETEC
IFG
UEMS
UFF
(Colômbia)
UNAM (Peru)
IFRR
UCG (México)
Rede Municipal de Niterói (RJ)
UNMSM (Peru)
UFMT
SED Mato Grosso do Sul
UEMA
IFPR
Tec-NM (México)
Consultório em Santa Maria
UFJF
UEG
FAQ
UNAM (Peru)
SEDUC/PA
IFB
IFPA
UNIPAMPA
IFB
UO (Cuba)
UFMS
UFPI
UFG
UEMA
IFB
Sec. Mun. de Educação, Cultura e Tecnologia de Araripe
Universidade Kayseri, Türkiye
UFPI
FURG
UO (Cuba)
UFT

Conselho Técnico Científico
- Esp. Joacir Mário Zuffo Júnior
- Esp. Maurício Amormino Júnior
- Lda. Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo

Ficha Catalográfica

Catalogação na publicação
Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

T327

Territorialidades, conflitos socioambientais e perspectivas de luta / Organização de Tiago Siqueira Reis, Evânio Mascarenhas Paulo. – Nova Xavantina-MT: Pantanal, 2025.
264p. ; il.

Livro em PDF

ISBN 978-65-85756-48-8

DOI <https://doi.org/10.46420/9786585756488>

1. Território. 2. Geografia política. I. Reis, Tiago Siqueira (Organizador). II. Paulo, Evânio Mascarenhas (Organizador). III. Título.

CDD 320.12

Índice para catálogo sistemático

I. Território



Nossos e-books são de acesso público e gratuito e seu download e compartilhamento são permitidos, mas solicitamos que sejam dados os devidos créditos à Pantanal Editora e também aos organizadores e autores. Entretanto, não é permitida a utilização dos e-books para fins comerciais, exceto com autorização expressa dos autores com a concordância da Pantanal Editora.

Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000.
Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil.
Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp).
<https://www.editorapantanal.com.br>
contato@editorapantanal.com.br

Apresentação

A região amazônica terá centralidade na obra, no entanto, procuraremos apresentar ao leitor trabalhos que tratem de assuntos mais gerais que estejam relacionados a Territorialidades, Conflitos Socioambientais e Perspectivas de Lutas, como por exemplo, debates teóricos e metodológicos, estudos e ensaios sobre ecologia política, mudanças climáticas, agronegócio, agroecologia, povos tradicionais, capitalismo e meio ambiente, reforma agrária, mineração, garimpo, saúde, bem como todos aqueles assuntos que impactam diretamente na vida das populações da região da Amazônia brasileira e internacional. A ideia é gerar reflexões que conectem a Amazônia aos debates mais gerais e estes a Amazônia. Portanto, não é obrigatório o texto trabalhar especificamente sobre a Amazônia.

Sumário

Apresentação	4
Capítulo 1	6
Saúde e Controle Social na Amazônia: Espaços a Ocupar	6
Capítulo 2	16
El desconcierto del neoliberalismo latinoamericano.....	16
Capítulo 3	31
Desafios políticos, epistêmicos e metodológicos do mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil.....	31
Capítulo 4	62
Geografia do narcotráfico e facções do crime organizado na Amazônia.....	62
Capítulo 5	76
Marxism and the environment: the issues	76
Capítulo 6	100
Identificação de forçantes socioambientais atuantes no aumento de vulnerabilidades em comunidades da Bacia Amazônica	100
Capítulo 7	126
Mineração em terras indígenas: quatro lentes conceituais para contribuir com o debate no Brasil.....	126
Capítulo 8	139
As cerimônias rituais do noroeste amazônico: na perspectiva da sustentabilidade do patrimônio territorial ..	139
Capítulo 9	157
Conflitos socioterritoriais e pandemia de Covid-19.....	157
Capítulo 10.....	179
Como deter o trem do progresso? O Fórum Social da Pan- Amazônia e as lutas sociais (2002-2014)	179
Capítulo 11.....	192
Ecosocialismo, uma proposta concreta.....	192
Capítulo 12.....	213
America Latina: la Simplificación Territorial.....	213
Capítulo 13.....	238
A criminalização da homofobia no Brasil: a ADO 26 e a omissão legislativa	238
Capítulo 14.....	249
A geografia em ruínas dos grandes projetos na Amazônia: a mineração e os processos de territorialização de exceção	249
Índice Remissivo.....	263
Os organizadores	264

Desafios políticos, epistêmicos e metodológicos do mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil

Recebido em: 27/01/2025

Aceito em: 27/05/2025

 10.46420/9786585756488cap3

Diogo Ferreira da Rocha 

Tania Pacheco 

Marcelo Firpo de Souza Porto 

INTRODUÇÃO

O Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil é uma iniciativa de mapeamento colaborativo que floresce a partir de 2008, numa articulação entre uma instituição pública de pesquisa compromissada com a promoção da saúde e do bem-estar da população brasileira, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), e uma então emergente rede de movimentos sociais, ONGs, associações de base e pesquisadores/as, a Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA). Elas definiram os rumos daquela parceria a partir de um objetivo político-epistêmico comum: amplificar a visibilidade dos conflitos ambientais em curso e das vozes contra-hegemônicas e emancipatórias que naquela altura já ressoavam em territórios originários, tradicionais e nas periferias urbana de um país alinhado a uma avassaladora lógica extrativista e socioambientalmente predatória, que cotidianamente (re)produz e intensifica exclusões radicais e injustiças ambientais no Brasil.

Essa experiência se orientou pelo aprendizado, acertos e limites de diversas outras iniciativas que então ou estavam em curso ou tinham sido concluídas por outros grupos de pesquisa ligados à Fiocruz, à RBJA ou a ambas. Uma dessas iniciativas foi uma experiência de construção de uma memória coletiva das ações em curso na Rede, executada por uma equipe de pesquisadores/as da Fiocruz que diariamente realizavam uma seleção da lista de discussões da RBJA, em e-mail, onde circulavam documentos, notas, campanhas e estudos. Tal equipe sistematizava e classificava essas informações com base em categorias que definissem a natureza de cada documento do ponto de vista da temática, do tipo de documento e do tipo de situação que denunciavam, discutiam ou buscavam apoio para a resistência nos territórios, o que constituiu o chamado de **Banco Temático da Rede Brasileira de Justiça Ambiental** e foi disponibilizado no *website* da RBJA (Porto et al., 2006).

Um dos limites mais importantes dessa iniciativa era que, embora a informação estivesse indexada em categorias previamente definidas e o portal da Rede permitisse realizar buscas por palavras-chave, a informação estava disponibilizada de forma fragmentada, de modo que elas *per se* não constituíam uma narrativa sobre cada conflito, apenas forneciam elementos isolados, que deveriam ser sistematizados por

cada usuário de forma a permitir resgatar a memória coletiva dos conflitos. Apesar de tal iniciativa ter tido seus méritos, como uma das experiências seminais de sistematização de informações na Rede, ela não alcançou todos os objetivos estabelecidos, e durante muito tempo teve uma usabilidade limitada nas ações da própria RBJA.

De qualquer forma, forneceu informações importantes para o Mapa de Conflitos, mas, mesmo nessa ocasião, apenas porque parte da primeira equipe de pesquisa também havia trabalhado no Banco Temático. Percebeu-se, então que qualquer outra iniciativa de memória da Rede precisaria “contar a história toda” dos conflitos com foco no protagonismo dos sujeitos territoriais envolvidos nas lutas contra-hegemônicas e não apenas fornecer centenas peças de um quebra-cabeça a ser “montando” pelo usuário no momento da consulta.

Uma segunda experiência – até certo ponto malsucedida – seria a responsável direta pela criação do Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiças Ambientais e Saúde no Brasil. Aprovado pela plenária do I Seminário Brasileiro contra o Racismo Ambiental, organizado pelo GT de Racismo Ambiental (GT RA) da RBJA em parceria com o Laboratório de Cidadania, Trabalho, Territorialidade e Ambiente da Universidade Federal Fluminense (Lactta/UFF) em 2005, o **Mapa de Conflitos causados por Racismo Ambiental no Brasil** nunca se tornaria completamente uma realidade. Ao longo de dois anos, entretanto, a Coordenação do GT sistematizou as denúncias e as lutas informadas por seus integrantes - centenas de casos que tinham como elemento fundamental os processos de discriminação social e as desigualdades ambientais que atingiam prioritariamente povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais e urbanas, dando relevo às injustiças que estavam associadas à ligação entre o modelo de desenvolvimento e racismo. Em 2007, 110 deles seriam precariamente selecionados em apenas três meses, com ajuda pequena equipe, na tentativa de conseguir o apoio da Fundação Ford para a sua concretização como um projeto de pesquisa que levaria a um mapeamento a ser disponibilizado na internet, agora com possibilidades de acréscimos e atualizações (Pacheco e Ribeiro, 2007).

A exiguidade de recursos disponibilizados pela Fundação Ford fez com que o Mapa do Racismo Ambiental fosse preterido pela Rede, na ocasião, mas a coordenadora do GT RA, Tania Pacheco, não desistiu e, com o apoio de Jean-Pierre Leroy, então coordenador da RBJA, e de Fernando Carneiro, Coordenador Geral de Vigilância em Saúde Ambiental do Ministério da Saúde (MS, 2007-2008), o projeto de mapeamento ganhou o financiamento do MS e foi proposta uma parceria com o pesquisador da Fiocruz, Marcelo Firpo, membro da RBJA desde seu início e coordenador do projeto de Banco Temático já mencionado. Com isso o escopo foi ampliado para além das injustiças causadas pelo racismo, incluindo a dimensão da saúde coletiva como diretriz fundamental do projeto, por isso, o Mapa de Conflitos contou com o financiamento do Ministério da Saúde até 2016.

A importância do mapeamento das injustiças ambientais e da defesa dos povos e comunidades era inquestionável para todas as pessoas envolvidas, assim como fazê-lo da melhor forma possível. Para isso, além das experiências já adquiridas, era fundamental que também fossem buscadas as melhores e mais fortes

parcerias. Assim, foi aprendendo com os limites e potencialidade de cada experiência já realizada que o **Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil** foi então desenvolvido a partir de 2008, partindo dos 110 conflitos iniciais selecionados para o Mapa do Racismo Ambiental e do acúmulo do Banco Temático, numa mais que importante parceria entre Fiocruz, Fase e RBJA Ambiental (Pacheco, Porto e Rocha, 2013).

O Mapa atualmente no ar é muito diferente, mais profundo e dinâmico do que aquele que foi lançado em maio de 2010¹, pois, ao longo dos anos, foi incorporando tanto novas tecnologias de informação, *web design* e ferramentas de busca, como também novas formas de comunicação. Numa cultura contemporânea imersa cada vez mais em imagens, especialmente aquelas em movimento, a equipe do Mapa de Conflitos tem feito um esforço permanente para incorporá-las aos textos, que originalmente eram sua única forma de comunicar os casos. Hoje, podemos veicular fotos, vídeos, gráficos e infográficos, como qualquer plataforma atual de comunicação. Assemelhamo-nos muito mais ao blog Combate Racismo Ambiental, uma plataforma dinâmica de veiculação rápida de notícias, do que aos projetos anteriores, com a diferença que incorporamos deste e do protótipo do Mapa de Conflitos causados por Racismo Ambiental no Brasil. a ideia de “contar a história toda” ao invés de veicular rapidamente fragmentos de informação sobre o caso, como o Banco Temático.

Ao longo deste capítulo, iremos explorar como se deu essa história que leva da primeira versão do Mapa de Conflitos aos dias atuais e o que planejamos para o futuro. Afinal, os tempos mudam e, se continuamos a atualizá-lo até os dias de hoje, isso se dá graças à capacidade de sua equipe de se adaptar a essas mudanças, que se deram tanto na dimensão tecnológica, quanto política e epistêmica do mapeamento. Se ‘nascemos’ de um mundo de documentos estáticos de texto, adaptados ao uso em redes de internet discada, hoje o Mapa incorpora ferramentas para geração em tempo real de gráficos, buscas por categorias cruzadas e tecnologias que permitem que seja confortavelmente acessado por *smartphones* conectados às redes móveis, que se popularizam e se interiorizam cada vez mais no Brasil, ainda que competindo por atenção com redes sociais corporativas onde circulam numerosas *fake news* ou até outras plataformas mantida pelos próprios movimentos sociais. Enfim, os desafios são outros e para mantermo-nos relevantes e atuais, precisamos cotidianamente criar estratégias para enfrentá-los, conforme explicitaremos nas próximas seções deste capítulo.

MAPEAR CONFLITOS AMBIENTAIS, MAS NÃO APENAS

Gênese conceitual e opções político-epistêmicas do mapeamento

Um dos primeiros esclarecimentos que fazemos sempre que apresentamos o Mapa de Conflitos é que ele não é *só* um mapa. Seu objetivo principal não é *apenas* cartografar os conflitos ambientais em

¹ Antes do lançamento oficial ocorrer publicamente na Fiocruz em maio de 2010, houve diversos pré-lançamentos em outros estados, a convite de organizações parceiras, como o que aconteceu em 16 de março de 2010, em evento realizado na Universidade Federal do Ceará (UFC).

curso no País, ou criar mapas temáticos sobre alguma categoria populacional ou processos produtivos envolvidos. Nesse sentido, localizar espacialmente os conflitos e inserir pontos em um mapa digital é apenas um dos importantes potenciais da plataforma, mas, de certa forma, é um elemento secundário para nosso “mapa”. O cerne do projeto tem sido contar as histórias dos conflitos ambientais emblemáticos que expressam lutas sociais protagonizadas por diferentes comunidades, movimentos sociais e organizações parceira como ONGs, universidades, Ministério Público, dentre outras. Tais lutas implicam desde problemas específicos de saúde decorrentes da degradação e poluição ambiental, até a defesa dos direitos territoriais e da dignidade frente a projetos e a um modelo de desenvolvimento excludente.

No processo de refinamento do Mapa de Conflitos, é importante ressaltar que, nos últimos anos, ele tem sido influenciado pela sua inserção dentro do Núcleo Ecologias, Epistemologias e Promoção Emancipatória da Saúde, o Neepees/ENSP/Fiocruz. Criado em 2018, o Neepees articula três campos interdisciplinares do conhecimento, a saúde coletiva, a ecologia política e as escolas pós-coloniais. Tais campos fornecem os principais referenciais das quatro dimensões de justiça que trabalhamos: a social, sanitária, ambiental e cognitiva, e que conformam as lutas sociais por saúde, dignidade e direitos territoriais tanto nos campos quanto nas cidades. Por isso, a justiça ambiental é sempre vista em conexão com as justiça social e sanitária, mas também com a justiça cognitiva, a qual se relaciona diretamente com as ideias de justiça ontológica, epistêmica e histórica. A justiça cognitiva explica por que as violências contra povos e populações vulnerabilizados são expressões não apenas da exploração capitalista, mas das exclusões radicais produzidas pelo colonialismo e os vários tipos de racismos por detrás de genocídios, epistemicídios e violências contra indígenas, negros, camponeses, mulheres e comunidades LGBTQI+.

Nesse sentido, mapear significa não apenas relatar o que está acontecendo em cada território e com cada grupo de povos e comunidades agora, mas sobretudo resgatar no relato o histórico do conflito, respondendo a várias questões. Por exemplo: como se deu o processo de vulnerabilização socioambiental de cada povo ou comunidade? Como o modelo de desenvolvimento hegemônico se realiza nos territórios atingidos? Que outros projetos de vida estão sendo ameaçados pelas opções políticas feitas por pessoas, grupos políticos, instituições e corporações muitas vezes situados em outras regiões do Brasil ou do Mundo? Em resumo, contamos como cada grupo envolvido nos conflitos chegou àquela situação, mas, além disso, o mais importante é que relatamos como cada um deles tem se organizado e se erguido para fazer frente a tais situações. E o fazemos amplificando o alcance de suas vozes, jamais substituindo-as ou reduzindo-as a mera categoria de “informação” ou, pior, “dados secundários”. Elas são o registro vivo e pulsante de territórios conflagrados de povos e comunidades ameaçados/as, mas também aguerridos/as.

É por isso que costumamos dizer que não mapeamos injustiças ambientais, que são muitas e estão crescendo no país nesse momento histórico, mas sim conflitos ambientais. Essa pode parecer uma diferença conceitual sutil para as pessoas envolvidas neles, ou que se interessam pelo assunto, mas para nós possui uma importância fundamental: é nessa passagem das situações de injustiça ambiental para as

de conflito que se situa o elemento político e epistêmico que mais salientamos: a resistência que emerge nos territórios historicamente discriminados e vulnerabilizados. Destacamos também quais alternativas sociais, econômicas, epistêmicas, ambientais e de autocuidado à saúde estão emergindo naqueles espaços e se colocam como os outros viáveis de uma sociedade estruturalmente capitalista, racista, colonial e que transforma diversidade social em elementos de hierarquias sociais em benefício de poucas pessoas, convertendo diversidade em desigualdade e discriminação em nome de monoculturas (*stricto sensu*, como expressão do agronegócio; mas também, *lato sensu*, como expressão das injustiças cognitivas. Portanto, aqui a noção de monocultura também pode ser entendida enquanto parte da dimensão simbólica do conflito), e que caracterizam a modernidade ocidental, eurocêntrica e capitalista.

Para tornar essa questão mais inteligível, precisamos por um breve momento resgatar não apenas os significados, mas também a gênese de ambos os conceitos - injustiça e conflitos ambientais -, num processo que sociólogos do conhecimento como Foucault (2008) vão denominar de *arqueologia do saber*, mas que nós preferimos creditar às influências epistêmicas ainda presentes na formação política e do pensamento social brasileiro do *materialismo histórico*, ou seja, da necessidade sempre premente de buscarmos as bases históricas e econômicas dos processos que analisamos. Numa época sob a égide do capitalismo financeiro e neoliberal ou do capitaloceno (Moore et al., 2016), como alguns autores contemporâneos pretendem caracterizar os tempos em que vivemos, é sempre importante entendermos para onde o Capital está se movendo, por que e quais são os projetos de sociedade por trás desses movimentos, os efeitos que geram; e ainda, no nosso caso, o que eles deixam de fora, invisibilizam, ameaçam ou excluem radicalmente e como as pessoas que sofrem se articulam para enfrentar essas situações.

Como dito anteriormente, alguns conceitos fundamentais se entrelaçam permanentemente na construção de nosso mapeamento: História, Capital, economia, ecologia, meio ambiente, movimentos sociais, discriminação, conflitos, injustiças, racismo, território, desenvolvimento e neoextrativismo, dentre outros. Poderíamos provavelmente escrever um capítulo inteiro sobre cada um deles, mostrando como emergem no pensamento ocidental e como são ressignificados pelos diversos povos não-ocidentais em culturas, conhecimentos e cosmovisões outras, naquela porção do mundo que alguns autores vão caracterizar com a periferia do sistema-mundo (Wallerstein, 1979) ou o Sul Global (Santos, 2014). Mas dada a limitação de espaço e os objetivos deste capítulo, nos concentraremos principalmente na gênese de dois conceitos fundamentais, que são menos debatidos no pensamento socioambiental brasileiro, embora sejam usados em muitas lutas contemporâneas, que são os conceitos de racismo e injustiça ambientais e como eles se relacionam com a noção de conflitos ambientais e com os demais conceitos que orientam a perspectiva político-epistêmica de construção do nosso mapeamento.

Fundamentalmente, os conceitos de racismo e injustiça ambientais emergem das lutas por direitos sociais e, ao se expandirem pelo mundo, vão cada vez mais incorporando significados que se encontram no vocabulário de mobilizações enraizadas nas lutas dos movimentos sociais. É por isso que embora

tenham emergido primeiro nas lutas pelos direitos civis dos negros nos Estados Unidos, hoje eles fazem parte do cotidiano de povos e comunidades cultural e historicamente dispare, como os quilombolas brasileiros da Ilha de Maré (Brasil, 2018; Brasil, Neepes, 2020) ou indígenas ameaçados pela mineração no Pará; os ambientalistas europeus envolvidos com lutas contra usinas nucleares (Porto, Finamore e Rocha, 2018); povos das ex-colônias europeias na África, Ásia e na América Latina nas lutas pós-coloniais (Vishvanathan, 2009; Shiva, 2015), ou como alguns autores preferem nomear, contra a colonialidade do saber, do poder e do ser (Escobar, 2007; Maldonado Torres, 2007).

Em comum todas essas perspectivas e lutas têm o reconhecimento de que os processos socioambientais que os povos e comunidades sofrem em seus territórios diariamente estão associados às formas como o capitalismo – especialmente a partir da aliança entre enormes conglomerados corporativos multinacionais (na forma de empresas de capital limitado ou aberto, estatais de capitais mistos, *joint ventures* e *holdings*) e o sistema financeiro internacional (bancos, fundos de investimento e investidores privados) - e as sociedades contemporâneas se relacionam com a natureza e com outros povos que ontologicamente vivem a partir de outras formas de conceber o mundo e de interagir com os elementos não-humanos do planeta (vivos, não-vivos; materiais ou imateriais; energias e fluxos etc.).

Nos Estados Unidos, tudo começa no final da década de 1970, quando pessoas da comunidade de *Warren County* se mobilizam diante da contaminação ambiental produzida por um depósito de resíduos tóxicos contendo *polychlorinated biphenyls* (PCBs), ou, em português, bifenilos policlorados. Ao longo de suas mobilizações, cunhou-se o termo *racismo ambiental* (utilizado publicamente pela primeira vez pelo reverendo Benjamin Chavis em 1982) para caracterizar as interseccionalidades entre o racismo e a exposição aos riscos ambientais (Lazarus, 2000; Pacheco e Faustino, 2013). Posteriormente, tal conceito foi ampliado para incluir também outras comunidades não-brancas no contexto das lutas ambientais estadunidenses (como povos originários, latinos e asio-americanos), fazendo emergir o conceito de **justiça ambiental** como ampliação do **racismo ambiental**.

Nos Estados Unidos e em outras partes do mundo, tais conceitos foram popularizados através das obras de Robert Bullard, como *Dumping in Dixie: Race, Class and Environmental Quality* (1990) e *Confronting Environmental Racism: Voices From The Grassroots* (1993), que, por seu esforço de análise e sistematização das lutas e narrativas que emergiam nos contextos daquele país, é frequentemente creditado como “pai da Justiça Ambiental”. Foi o trabalho de Bullard que subsidiou muitas das discussões ocorridas no I Colóquio sobre Justiça Ambiental e Cidadania, realizado em 2001 em Niterói/RJ, que possibilitou articulações entre academia e movimentos sociais no Brasil as quais posteriormente originam a própria Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) e seu GT que mais influenciou o desenvolvimento do Mapa de Conflitos, o GT de Racismo Ambiental (Acseirad, Herculano e Pádua, 2004).

Ao se discutir a gênese do conceito de racismo ambiental e da justiça ambiental como horizonte de futuro, é comum que seja citado o relatório “*Siting of Hazardous Waste Landfills and Their Correlation With Racial, and Economic Status of Surrounding Communities*” elaborado pela *United States Environmental*

Protection Agency (US EPA) em 1982, que pela primeira vez reconheceu oficialmente a correlação entre a distribuição dos depósitos de resíduos tóxicos nos Estados Unidos e a distribuição das comunidades majoritariamente não-brancas. Ou seja, quanto maior a proporção de negros, latinos ou asiáticos e seus descendentes num determinado condado, maior era a probabilidade de um depósito de resíduos tóxicos ser ali instalado. Posteriormente percebeu-se que outras dimensões da chamada “qualidade ambiental” também eram racialmente determinadas, como por exemplo, a proteção da população residente aos riscos ambientais associados a determinada planta produtiva ou empreendimento econômico. O que significava que a sociedade estadunidense estava externalizando seus riscos ambientais para povos e comunidades politicamente minoritários, que teriam menos possibilidade de se fazer ouvir no espaço político. Ou seja, a desigualdade ambiental não decorria apenas da classe social: tinha cor de pele, etnia, gênero etc.

Os anos de trabalho junto à RBJA, realizados por diversos grupos de pesquisa e movimentos sociais orientados por essa perspectiva, levaram à constatação que a mesma tendência ocorria no Brasil e em outras partes do mundo, especialmente nas periferias das cidades modernas e nos territórios tradicionais nos campos, florestas e águas ameaçados pelo neoextrativismo. Também se percebeu que não ocorria apenas em sociedades radicalmente racializadas e estruturalmente desiguais, como a dos Estados Unidos (onde emergiram grupos supremacistas com a *Ku Klux Klan* e até hoje se debate a violência contra os não-brancos, como testemunham as mobilizações do movimento *Black Lives Matter*), mas onde quer que o modelo de sociedade ocidental e capitalista fosse hegemônico.

Mais: percebeu-se que o mesmo poderia ocorrer até mesmo nas sociedades orientadas pela perspectiva socialista, como exemplifica Joan Martinez-Alier (2011) em seu livro “Ecologismo dos Pobres”. Era uma tendência ligada fundamentalmente à modernidade colonial eurocentrada e ao modo de vida industrialista no qual ela se baseia (independente de termos Estados e sociedades mais ou menos liberais, desenvolvimentistas ou socialistas; a configuração política de cada país e sociedade é uma variável apenas da intensidade com que tal tendência ocorre, mas não impede que ela emergja nos vários territórios de povos e comunidades discriminados). Mapeamentos realizados no mundo todo, e que foram sistematizados pela Universidade Autônoma de Barcelona (UAB) no projeto EJOLT Atlas, (posterior ao Mapa de Conflitos e por ele influenciado, conforme reconhece Martinez-Allier), exemplificam como o racismo e as injustiças ambientais são uma tendência global, mas espacialmente concentrada nos territórios mais vulnerabilizados do ponto de vista político e econômico, como as comunidades não-brancas estadunidenses, o Sul da Europa, a África, América Latina e Caribe, o Leste Asiático e a Índia.

O desafio das contradições e dos paradoxos políticos, econômicos e sociais brasileiros

No Brasil, o Mapa de Conflitos testemunha como tal modelo se reproduz em nosso País, mostrando que aqui tais conflitos ocorrem principalmente nos territórios dos povos tradicionais e originários, de camponeses, nas periferias urbanas, ocupações e favelas. E mostra principalmente que a ascensão de governos ditos progressistas não foi suficiente para reduzir as desigualdades ambientais e em

saúde na mesma medida e com o mesmo sucesso com que reduziu sensivelmente, embora temporariamente, as desigualdades econômicas. Muito pelo contrário, a agenda política desenvolvimentista no País foi assentada justamente sobre a invisibilização dos efeitos negativos das políticas econômicas sobre tais populações.

O paradoxo que presenciamos nos anos 2000 a 2010 é que nunca antes o país reconheceu tantos direitos aos povos e comunidades tradicionais e às minorias políticas, transformados em programas sociais e políticas públicas como o Bolsa Família, o Luz para Todos, Minha Casa Minha Vida, Brasil sem Miséria, Pontos de Cultura, Brasil Quilombola, a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas – PNGATI ou a instituição do Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais – CNPCT; ou até políticas específicas de saúde no SUS, como a consolidação da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas – PNASI, a criação da Política de Atenção Integral à Saúde das Populações do Campo, da Floresta e das Águas - PNSIPCFA e a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra - PNSIPN; as políticas de Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional (SSAN) articuladas ao fortalecimento da agricultura familiar. Mas, ao mesmo tempo programas econômicos como as duas fases do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC ameaçavam a sustentabilidade e a saúde nos territórios das populações-alvo desses programas sociais.

Ou seja, embora o Brasil tenha buscado contrabalançar os efeitos negativos do desenvolvimentismo excludente do período militar ou do neoliberalismo que orientou as políticas econômicas dos primeiros anos da redemocratização do País, os governos do Partido dos Trabalhadores desconsideravam os efeitos negativos e sinérgicos das suas opções econômicas mais estratégicas - como a geração de empregos e renda e as políticas de moradia, por exemplo - sobre o modo de vida de uma parcela cada vez mais excluída da população brasileira. Ao mesmo tempo que muitas comunidades e povos viram-se pela primeira vez diante da possibilidade de acessar programas sociais redistributivos e políticas públicas específicas, muitas dessas pessoas também foram ‘atropeladas’ por obras que continuavam a desconsiderar a dimensão ambiental e territorial das suas vidas.

Se a previdência rural e os programas de renda mínima mobilizaram as economias de muitas cidades do interior do país, é também verdade que o PAC destruiu as economias não-capitalistas existentes em muitos desses municípios, que durante os governos Dilma 2 (pós-ruptura com o MDB), Temer e principalmente no de Bolsonaro, com a crescente extinção ou com o aumento das restrições orçamentárias aos programas e políticas sociais decorrentes do neoliberalismo vigente e da expansão do fascismo social, testemunham o aumento da fome entre pessoas com cada vez menos alternativas de sobrevivência. Sem a redistribuição de renda e, ao mesmo tempo, sem os modos tradicionais de exploração dos territórios, muitos desses povos e comunidades se tornam cada vez mais vulnerabilizados social, ambiental, sanitária e nutricionalmente, deixando-as também permeáveis aos discursos populistas de extrema direita, socialmente fascistas, especialmente daqueles que buscam se legitimar a partir de uma roupagem neopentecostal.

Por isso, cresceram nas periferias urbanas a adesão a discursos políticos que excluem radicalmente as populações que ali vivem, e estão enraizados em soluções individualistas como o empreendedorismo e a economia de ‘colaboração’ e compartilhamento (eufemismos contemporâneos que, na grande maioria das vezes, significam a precarização das relações de trabalho) e para reformas que aumentam as desigualdades sociais, como a recente reforma da previdência e a vigência até 2022 do chamado “teto de gastos públicos”, que em grande parte fragilizem ou inviabilizam as políticas sociais inscritas como direitos de cidadania na Constituição Federal de 1988, como os sistemas públicos de saúde e educação.

O Mapa de Conflitos é um instrumento que contribui para a análise e enfrentamento das dimensões políticas e epistemológicas dos processos hegemônicos de desenvolvimento. Ao contrário de muitas iniciativas que advogam um ideal de neutralidade e objetividade científica, nosso projeto afirma desde o princípio que mais importante do que contar todos os lados da história é contar a história daqueles e daquelas que sofrem primeiramente e com mais intensidade as consequências de todas as opções políticas, econômicas e ambientais hegemônicas. Portanto, nos posicionamos prioritariamente como instrumento de ampliação e difusão das lutas dos movimentos sociais, povos e comunidades afetados pelo modelo de desenvolvimento brasileiro e pelas políticas de Estado que o estimulam. Isso pode ocorrer tanto através de injeção de recursos do Estado e da sociedade em empreendimentos produtivos, quanto através da transferência regressiva de renda social a partir do mercado financeiro e da dívida pública, que, ao contrário das políticas redistributivas, concentram recursos sociais numa pequena elite rentista, que auferir grandes lucros com a gestão de papéis de dívidas, especulando na bolsa de valores ou pela arbitragem e manipulação de taxas de juros.

É por isso que todos os casos relatados na plataforma partem de algumas questões básicas: Onde está acontecendo? Quem está sendo ameaçado? Como este processo se reflete no território? Como afeta o meio ambiente? Que consequências tem sobre a saúde das populações afetadas? Como elas se autoidentificam? E o mais importante: Como isso aconteceu e quais alternativas estão sendo construídas a partir das lutas desses sujeitos?

As opções políticas, epistêmicas e metodológicas do mapeamento e suas consequências

Para respondermos a essas questões, temos em nossos formulários dois conjuntos de campos. O primeiro deles são perguntas de múltipla escolha que categorizam e sistematizam informações que depois poderão ser quantificadas, transformadas em gráficos ou plotadas no mapa digital, como os municípios e estados onde os conflitos ocorrem, sua localização geográficas, quantas pessoas foram afetadas, como elas se autoidentificam (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, moradores de favelas, trabalhadores de diversos setores, populações urbana, pescadores artesanais e marisqueiras etc), bem como que tipo de empreendimento ou política pública está gerando aquelas situações de conflito (portos, aeroportos, hidrovias, atuação do Estado, do judiciário ou políticas de gestão ambiental, monoculturas, mineração etc) ou com quem os movimentos de resistência estão se aliando para demandar seus direitos sociais,

territoriais ou à saúde (redes, ongs, movimentos sociais, associações, sindicatos, ministérios e defensorias públicas, movimentos de atingidos etc).

A outra classe de campos diz respeito ao que consideramos a principal contribuição do Mapa de Conflitos enquanto plataforma de divulgação e difusão de informações, que é sistematizar e narrar as dinâmicas dos conflitos ambientais a partir das perspectivas dos povos e comunidades envolvidos. Para isso temos três campos principais. No primeiro, realizamos uma síntese do caso, traduzindo em texto as informações sistematizadas nos campos anteriores: quem, onde, o que está acontecendo, como identificar as pessoas e os territórios afetados, as consequências, os responsáveis pelas injustiças ambientais e os aliados dos movimentos etc. O segundo campo, e o mais extenso de cada ficha, busca relatar as dinâmicas do conflito, as estratégias de luta de todos os agentes sociais envolvidos e a situação atual daquele caso. Esse é o campo mais trabalhoso e que demanda mais sensibilidade de todos/as os/as pesquisadores/as, pois ali buscamos analisar todas as dimensões de cada situação. Em muitos casos, isso significa remontar às políticas econômicas, sociais, ambientais e até territoriais de diversas fases da história política do país (desde o período colonial ao governo da ocasião) e referenciar os interesses de muitos grupos que atuam local e globalmente (empresas, corporações, conglomerados, bancos, organismos multilaterais etc.).

Além disso, é importante que esse relato não perca de vista a dimensão territorial de cada caso. Como as pessoas ali se relacionam com a natureza, com os recursos presentes nos territórios, com outros grupos sociais e com a sociedade brasileira? Que políticas públicas acionam ou que alianças constroem para defender aquilo que consideram importante em seus territórios e seu modo de vida? Quais são as estratégias que se utilizam para isso? Elas funcionaram? Funcionaram por um tempo e foram revertidas? Se deram a partir de ações do Ministério Público, do judiciário ou do legislativo? Pressionam prefeituras e outras instâncias de governo? Eles propuseram inovações legais ou defendem a manutenção de legislações já existentes que as beneficiam? Ou a execução de políticas públicas e previsões constitucionais que embora existam, não se realizam na prática? Os conselhos de participação social têm ou tiveram algum papel na situação analisada? Existem articulações para além dos territórios, seja a nível nacional ou até internacional? Como elas se constroem e que tipo de narrativas mobilizam na defesa dos direitos dos grupos mais ameaçados? Emergem inovações de algum tipo dessas situações (políticas públicas, práticas, econômicas ou tecnológicas)? Com que instituições de pesquisa se articularam os sujeitos em luta para construir conhecimentos alternativos para promover a justiça ambiental e outras justiça em jogo? Como tudo isso dialoga com o SUS e outras instâncias de promoção de políticas sociais?

É um grande desafio responder a muitas dessas questões já que diante das limitações orçamentárias e de pessoal do projeto, e diante da opção política de trabalharmos com casos em todo o território nacional, utilizamos principalmente informações coligidas em outras bases de dados e em fontes secundárias, na maioria das vezes. Elas podem ser artigos, livros, TCCs, dissertações, teses, relatórios, notícias, postagens nas redes sociais e blogs, documentos públicos do Ministério Público e do judiciário, vídeos, materiais de campanhas, cartilhas e outros documentos diversos. Ou seja, coletamos tudo que

está disponível na internet, ou através das nossas redes de contatos, e traduzimos isso num relato que pode ter a extensão que for necessária para analisar cada caso e de acordo com as informações disponíveis. Isso significa que algumas fichas podem ter apenas algumas páginas e outras mais de 60, quando transpostas para um documento do Word ou outro editor de texto, embora não haja esse tipo de subdivisão na plataforma. Além disso, cada vez mais incorporamos outras linguagens nas fichas, incluindo, fotos, gráficos, tabelas, infográficos, vídeos curtos e até documentários, embora a linguagem textual ainda seja a predominante. Fechando as fichas ainda existem uma cronologia que sintetiza os principais eventos de cada caso e uma listagem das fontes consultadas.

A importância da colaboração com os movimentos sociais e outros agentes presentes nos territórios ou envolvidos nos conflitos ambientais

Quando apresentamos o projeto, afirmamos que ele nasceu a partir da participação de muitas pessoas que haviam inclusive integrado iniciativas anteriores de mapeamento e sistematização de conflitos ambientais, dentro da RBJA ou em articulação com os vários movimentos que a integravam na época, sendo que alguns ainda a integram atualmente. Essa colaboração com a Rede aconteceu em diversos momentos, com intensidades distintas ao longo dos últimos 14 anos. Por exemplo, no princípio vale destacar sua colaboração na elaboração da primeira versão do formulário, quando foi realizada uma oficina para definir as questões que orientariam o mapeamento e as categorias que estariam presentes nas questões de múltipla escolha.

Num segundo momento, quando iniciamos a seleção dos primeiros casos a serem explorados pela equipe de pesquisadores/as, também foi realizada uma consulta à Rede para o estabelecimento dos casos a serem aprofundados, acrescentados às 110 pesquisas do Mapa de Conflitos causados por Racismo Ambiental no Brasil e às sugestões do Banco Temático da RBJA. Também é importante salientar que os/as coordenadores/as dessas iniciativas tornaram-se também coordenadores do próprio Mapa de Conflitos, respectivamente Tania Pacheco e Marcelo Firpo Porto, que contaram com a presença constante e os aportes argutos do hoje saudoso Jean-Pierre Leroy (*in memoriam*), um dos fundadores da RBJA, o qual integrou durante muitos anos a coordenação colegiada da RBJA e a direção da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – Fase, ONG que durante os primeiros anos sediou a secretaria executiva e cedeu sua pessoa jurídica para as atividades da RBJA.

Além disso, alguns dos primeiros casos também foram indicados por membros de movimentos sociais e acadêmicos ligados à Rede, que responderam a um questionário construído e sistematizado com apoio do Departamento de informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), onde até 2021 também registramos e sistematizamos informações do Mapa de Conflitos (parceria que foi descontinuada em 2021 quando o Ministério da Saúde extinguiu a plataforma Formsus) ou participaram do processo de validação das pesquisas, numa primeira estratégia de revisão do material produzido pelos/as pesquisadores/as do mapeamento que tinha também a finalidade de legitimar a importância desses conflitos iniciais, chamados

na época de “casos emblemáticos”. Atualmente não existe qualquer revisão externa à equipe de pesquisa e coordenação do mapeamento.

Contudo, ao longo dos anos, o Mapa de Conflitos se tornou cada vez mais independente da Rede onde foi iniciado e cada vez mais foi se tornando um projeto institucional da Fundação Oswaldo Cruz. Hoje, ele é uma das iniciativas encampadas pelo Núcleo Ecologias, Epistemologias e Promoção Emancipatória da Saúde da Escolha Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (Neepe/ENSP), sendo integralmente financiado por recursos da própria Fiocruz, também responsável pela contratação dos pesquisadores/as através de sua Fundação de Apoio (a Fiotec) e por fornecer a infraestrutura necessária para sua disponibilização na internet através de uma equipe técnica da Coordenação de Comunicação Institucional da Escola (CCI/ENSP). Nos primeiros anos do projeto, essa responsabilidade esteve a cargo de uma equipe técnica do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde - Iicct/Fiocruz), principal unidade da Fiocruz responsável pela sistematização e disponibilização de sistemas de informação. O desenvolvimento da página *web* e dos mecanismos de busca estão atualmente a cargo da Cooperativa ETA - Educação, Informação e Tecnologias para Autogestão e são disponibilizados pelo servidor da ENSP/Fiocruz.

Isso não significa necessariamente que o Mapa de Conflitos tenha se tornado uma iniciativa apenas acadêmica. Pelo contrário, seus princípios nunca foram modificados e até hoje o diálogo e a colaboração com os movimentos sociais envolvidos com os conflitos ambientais são fundamentais para sua realização, marcando o diálogo interdisciplinar e intercultural que caracteriza o Neepe/Fiocruz. O que se modificou ao longo dos anos foram, principalmente, as estratégias de colaboração, o refinamento epistemológico e a institucionalidade do projeto de pesquisa. Ao longo dos anos, ampliamos nossas articulações com diversos outros movimentos sociais e organizações de apoio. Isso ocorre tanto diretamente através do Fale Conosco existente na página do Mapa de Conflitos, cada vez mais a principal ferramenta de aproximação e estreitamento de relações com os usuários da plataforma; como indiretamente através das relações estabelecidas pelos pesquisadores que passaram pelo projeto e eventualmente indicam casos e mantêm relações com a plataforma, embora não estejam mais atuando nela. Ainda há uma relação muito próxima entre a equipe do Mapa e aquela que produz o blog Combate Racismo Ambiental, já que Tania Pacheco permanece tanto na coordenação executiva do Mapa quanto como editora do referido blog, o que nos permite estar permanentemente atentos e atualizados ao que acontece no campo dos conflitos ambientais.

Mais recentemente, após a criação do Neepe em 2018, o Mapa de Conflitos também passou a ser elemento importante de outras iniciativas de pesquisa do Núcleo, seja indiretamente fornecendo informações para esses projetos, seja através da participação de alguns pesquisadores formados através da experiência do projeto, como no caso de Diogo Rocha, que atualmente, além de coordenador executivo do Mapa, participa de vários projetos do Neepe, levando a experiência adquirida no projeto a

essas iniciativas, que por sua vez retroalimentam o Mapa a partir do diálogo direto com povos e comunidades tradicionais em seus próprios territórios.

Mas há também articulações mais diretas, como aquela que ocorreu em cooperação com o Fórum de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz Africana – Fonsanpotma e que pretende aumentar a visibilidade de alguns conflitos ambientais estratégicos para os chamados Povos Tradicionais de Matriz Africana (POTMAs) e a sensibilidade e capacidade da plataforma de lidar conceitual, epistemológica e empiricamente com casos envolvendo estas populações, ao mesmo tempo tão importantes e tão desconhecidas pela sociedade brasileira. No âmbito dessa cooperação, membros da equipe do Mapa de Conflitos participaram, junto com outros/as pesquisadores/as do Neepes, da concepção, construção e execução de dois ciclos de oficinas (o primeiro mais focado na dimensão conceitual e epistêmica e o segundo na aproximação com autoridades tradicionais oriundas dos territórios selecionados) para coleta de informações e sistematização e que resultaram na inclusão de novas fichas e na elaboração de estratégias específicas para capacitar a equipe do Mapa de Conflitos a dialogar com casos semelhantes, com um olhar mais aguçado para as demandas desses povos e comunidades. Conceitos como discriminação, justiça cognitiva, soberania alimentar, segurança nutricional, agroecologia e racismo ambiental têm orientado os diálogos estabelecidos no âmbito desta cooperação.

Trata-se, portanto, de um movimento epistêmico e político que aumenta o diálogo do Mapa com povos e comunidades diretamente atingidos em seus territórios, ao mesmo tempo que enfrenta uma dimensão inevitável de qualquer projeto de mapeamento, principalmente se possui uma abrangência nacional, que é a da escala e das interseções que por vezes passam despercebidas. Como é de se esperar, inúmeros territórios onde ocorrem conflitos ambientais são espaço da territorialidade simultânea de diversos povos e populações atingidas. Porém, nem todos geram resistências que caracterizam os conflitos, ou se geram, muitas vezes suas expressões não são captadas da mesma forma pelos canais ou fontes de informação que alimentam o Mapa. Por isso, comunidades indígenas, quilombolas, povos de terreiro, camponeses, periferias urbanas e inúmeros grupos sociais específicos podem se manter invisibilizados nas descrições feitas num dado caso publicizado no Mapa, embora as lutas de outros povos e comunidades na mesma situação estejam presentes no relato.

Infelizmente, alguns agentes no campo socioambiental, por diversos motivos, acabam tendo mais sucesso em romper sua histórica situação de invisibilidade social do que outros. O que nos demanda um processo permanente de refinamento de nossas estratégias metodológicas para conseguir relatar as situações que envolvem esses grupos que poderiam ser caracterizados como “os excluídos entre os excluídos”. A cooperação com o Fonsanpotma foi uma das iniciativas nesse sentido, que visava contribuir para a luta contra o racismo a partir de metodologias mais sensíveis que considerem os conhecimentos específicos dos povos tradicionais de matriz africana e suas lutas.

Também temos construído articulações que nos permitam dialogar com mais proximidade com outros agentes do campo das lutas socioambientais no Brasil. Um exemplo dessas articulações foi um

convênio estabelecido entre a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Fiocruz para compartilhamento de informações entre a equipe do Mapa de Conflitos e a do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (CEDOC). Embora tal iniciativa tenha sido atravessada por uma série de questões técnicas e políticas e tenha até o momento resultado apenas na participação dos coordenadores do Mapa na edição de 2015 do Caderno de Conflitos no Campo (Porto, Rocha e Pacheco, 2015), ela aponta para um mútuo entendimento de que as iniciativas de sistematização de informações das várias instituições no campo socioambiental precisam estreitar sua capacidade de se comunicar entre si.

Uma iniciativa semelhante ocorreu ao longo de 2019 e 2020 junto com a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), na qual a equipe do Mapa de Conflitos participou ativamente, junto com diversas outras instituições do campo agroecológico, de um projeto de reformulação da plataforma Agroecologia em Rede (AeR). Essa articulação ocorre de forma intermitente desde anos antes, quando se tentou construir, com o apoio da Cooperativa EITA, uma plataforma comum de apresentação de mapeamentos, denominada então de Intermapas (a qual incluía também o Farejador da Economia Solidária e o Mapa dos Projetos Financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). O Intermapas teve ‘vida’ relativamente curta devido à falta de financiamento de muitas das plataformas que o compunham, mas manteve-se a ideia de que era importante que tais iniciativas dialogassem. Aliás, o próprio Mapa de Conflitos esteve em várias ocasiões ao longo desses 15 anos sujeito a períodos em que problemas financeiros levaram à interrupção de sua atualização e inclusão de novos casos. O Mapa de Conflitos contribuiu, pois, com a concepção e formulação do questionário que atualmente subsidia o Agroecologia em Rede (AeR) na sua coleta de informações, sublinhando a importância de mapear também as ameaças que existem às experiências de transição agroecológica. Espera-se que no futuro se desenvolvam estratégias tecnológicas de maior integração entre ambas as plataformas, com o AeR inclusive fornecendo indicações de casos que eles tenham identificado e estejam ausentes em nossa plataforma.

É importante citar que durante a gestão de Ela Wiecko à frente da Vice-Procuradora-Geral da República e de Deborah Duprat à frente da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão, o Mapa de Conflitos também foi integrado ao sistema do Ministério Público Federal e forneceu informações a diversos procuradores da República interessados em atuar em defesa dos direitos coletivos de povos originários e comunidades tradicionais, especialmente a partir da 6ª CCR. Com essa integração tecnológica, as informações coligidas pelo projeto estavam disponíveis na *intranet* do MPF e permitiam rápido acesso aos casos por nós relatados pelos procuradores da República. Infelizmente, devido a mudanças internas na instituição durante os governos Temer e Bolsonaro e em sua orientação política, esse tipo de cooperação foi descontinuado, embora se mantenha no nível pessoal entre alguns procuradores e a coordenação executiva do Mapa.

Por fim, cabe destacar que o Mapa de Conflitos também esteve presente na primeira etapa de mapeamento de casos do EJOLT Atlas, para o qual nossa equipe sintetizou, traduziu para o inglês e

forneceu elementos para a primeira leva de cerca de trinta casos que compuseram os conflitos brasileiros no lançamento daquela plataforma. Essa iniciativa resultou da participação de um dos autores na coordenação do Grupo de Trabalho Saúde Ambiental no projeto EJOLT, coordenado pela Universidade Autônoma de Barcelona entre 2011 e 2015, e que reuniu inúmeros grupos acadêmicos e ONGs que atuavam em mobilizações por justiça ambiental. Durante muitos anos, o Brasil foi o terceiro país com mais casos no mapeamento internacional graças à participação do Mapa de Conflitos, auxiliando na divulgação de muitos dos mais candentes conflitos ambientais enfrentados pela população de nosso País.

Essas foram algumas das iniciativas de colaboração que estabelecemos ao longo dos anos. Nem todas se perenizaram tanto quanto o Mapa de Conflitos, mas todas certamente contribuíram para aprofundar os diálogos com os agentes sociais envolvidos e para o permanente aprimoramento de nossa plataforma. Outros diálogos poderiam ser citados, mas muitos desses não passaram de uma fase inicial de discussões e geraram produtos limitados ou foram apenas colaborações pontuais, como aquela que resultou na elaboração de alguns cadernos interculturais que subsidiaram as discussões do Projeto Vidas Paralelas – Populações do Campo, uma iniciativa coordenada pelo Departamento de Saúde Coletiva da Universidade de Brasília (DSC/UnB), mas que permitiu que os movimentos sociais articulados com a iniciativa, em sua maioria formado por camponeses e quilombolas, conhecessem o projeto e refletissem sobre a dimensão extraterritorial e regional dos conflitos que então viviam.

É assim que ao longo dos anos o Mapa de Conflitos tem expandido e modificado suas estratégias de colaboração de forma a cada momento estabelecer as pontes necessárias com os vários movimentos sociais e instituições que atuam no campo das lutas socioambientais e por saúde dos povos e comunidades tradicionais ou urbanas no Brasil. Nossa missão continua a de buscarmos permanentemente realizar as articulações que nos permitam acompanhar as transformações neste campo de lutas, e dessa forma, sermos relevantes para aqueles/as que são a razão de existir do nosso projeto, isto é, todos/as aqueles/as que em alguma fase de suas vidas se ergueram para lutar contra o racismo e as injustiças nas suas diversas formas: sociais, ambientais, sanitárias ou cognitivas. Elas permeiam as relações sociais, a vivência nos territórios e as situações coletivas de saúde no país e fazem com que uma parcela significativa dos povos e comunidades que aqui vivem esteja sob permanente ameaça às suas vidas e à integridade ecológica e cultural que sustentam seus modos de vida.

OS LIMITES EPISTÊMICOS, POLÍTICOS E ESTRUTURAIS E A CONSTRUÇÃO DE ESTRATÉGIAS PARA SUPERÁ-LOS

Ao construirmos o mapeamento de conflitos ambientais, com base numa perspectiva dialógica na relação entre o campo científico e o das lutas socioambientais e por saúde no Brasil, nos colocamos simultaneamente diante de desafios epistêmicos, metodológicos, técnicos e políticos, e temos permanentemente buscado construir estratégias para enfrentá-los.

A primeira dimensão, a epistêmica, diz respeito a uma falsa dicotomia, que embora tenha sido ativamente questionada por diversos agentes sociais tanto do campo científico quanto dos movimentos sociais, ainda encontra grande ressonância social, especialmente acadêmica no Brasil. Ela diz respeito à suposta superioridade epistêmica do conhecimento científico face aos saberes e conhecimentos que mobilizam, e por vezes emergem, do campo das lutas sociais. Ora, a própria noção hegemônica de racionalidade científica está assente numa suposta distinção entre aquilo que é conhecimento construído a partir das lógicas e métodos do campo da Ciência e o que é considerado, pelos principais pensadores do cânone científico, como mera corruptela de conhecimento oriunda da experiência cotidiana ou ainda, como superstições e folclore; ou seja, de uma experiência popular imersa naquilo que é depreciativamente caracterizado como religiosidade e misticismo.

Pior ainda é o estatuto de não-existência a que reduzem o conhecimento tradicional de povos e sociedades que sequer são considerados como parte do pensamento legítimo por estarem conectados a outras tradições de pensamento que não são reconhecidas pelo Ocidente. Impera uma abissalidade tão profunda que no máximo são objeto da curiosidade etnográfica, mas nenhuma política pública que emergja a partir do pensar, sentir e agir desses povos e comunidades é considerada socialmente legítima por muitos setores acadêmicos e formuladores de políticas públicas. Tributária de um positivismo filosófico e de injustiças cognitivas profundamente enraizadas nas sociedades ocidentais, essa perspectiva constrói como não existentes quaisquer conhecimentos que não possam ser referenciados pela modernidade ocidental ou pelas formas de conhecer o mundo que este reconhece como seus Outros (em geral, a religião e a filosofia ocidentais e, em alguns raros casos, suas contrapartes em certas partes do Oriente, como o mundo muçulmano, indiano ou sino-japonês). Para todas as demais tradições de pensamento que emergem na experiência humana, impera o silêncio e a incomunicabilidade, exceto como objeto de pesquisas históricas ou antropológicas muito periféricas no sistema universitário e no campo das políticas sociais. No máximo, fazem parte da história do pensamento humano como cultura, religiosidade ou senso comum, este último encarado como um primeiro estágio bruto do conhecimento que, nessa concepção, somente amadurecerá pela via do refinamento científico.

As experiências sociais, ontológicas e epistêmicas de grande parte das sociedades humanas, especialmente nas Américas, na África subsaariana, em certas regiões da Ásia e na Oceania, são assim consideradas apenas expressões locais de uma suposta experiência humana que não acidentalmente está identificada com a história e o pensamento indo-europeu, que no máximo inclui algumas porções das sociedades pós-coloniais que foram construídas por colonizadores europeus e seus aliados locais no restante do mundo tendo-o como referência. Só é incorporado como contemporâneo a esse pensar ocidental, que é hegemônico no campo da Ciência, aquilo que pode ser traduzível nessa forma de pensar e experienciar o mundo, que é considerada arbitrariamente como atemporal, ahistórica, universal e racional, reduzindo todas as demais a uma experiência local, assombrada por preconceitos, sem instituições duráveis e histórias sistematizadas, um apanhado amorfo de outras concepções que na melhor

das hipóteses são reconhecidos como expressões contemporâneas de etapas já superadas da humanidade conforme entendida pela experiência indo-europeia. Embora superado no campo das ciências sociais, o evolucionismo ainda encontra expressão em diversos outros campos científicos e das sociedades, muitas vezes corrompido em darwinismo social e ideologias fascistas de superioridade racial e cultural.

Se exclui, assim, do espaço público ou se marginaliza enquanto residual, a partir de um evolucionismo colonialista persistente, grande parte do pensamento e da experiência existente no mundo, processo que autores como Boaventura de Souza Santos (2010) vão denominar de desperdício de experiência associado a uma razão indolente que constrói linhas abissais globais e exclusões radicais, muitas vezes sob um enfoque racializado, já que a diversidade sociocultural do mundo começa a ser discriminada também em termos que podem ser traduzidos em corpos não-brancos.

É nesse sentido, que Quijano (2000) destaca como o chamado Novo Mundo, a partir de 1492, foi o laboratório desse processo, mas que rapidamente também ocorreu em grande parte do mundo não-ocidental. Negro, asiático, aborígene ou indígena se tornaram índices que apagavam a historicidade dos vários povos que viviam e pensavam de formas diversas nesses continentes e em pouco tempo também se tornaram sinônimos de inferiores e uma conveniente justificativa para o colonialismo que até meados do século XX dominou as relações da Europa com o restante do mundo e, sob outras roupagens, ainda permeia muitas das políticas estabelecidas a partir de uma perspectiva eurocentrada. Hoje o Norte Global também inclui algumas porções do Norte das Américas, da Oceania e da Ásia, caracterizados geopoliticamente como países centrais ou desenvolvidos, tanto por exercerem um papel central no núcleo hegemônico do sistema-mundo capitalista, como por incorporarem de forma ampla o espaço metropolitano típico das sociedades modernas eurocêntricas.

E por que essa discussão é importante para nosso mapeamento? Ora, como já discutimos anteriormente, a maior parte dos casos de conflitos ambientais relatados afetam justamente os grupos sociais mais discriminados do país que compõem as exclusões radicais típicas do Sul Global. Embora sejam uma pequena parcela da população nacional, os territórios de povos indígenas, quilombolas, das comunidades tradicionais e povos de matriz africana, camponeses e agricultura familiar com práticas não subordinadas ao agronegócio, as favelas e as periferia urbanas são desproporcionalmente envolvidos nesses conflitos e uma parcela significativa da população racialmente entendida como não-branca no Brasil está sujeita a ter sua vida ameaçada por grandes empreendimentos e políticas públicas em algum momento de suas vidas.

Isso não é mero acaso social ou apenas consequência do racismo estrutural (Almeida, 2018) que historicamente constituiu a sociedade brasileira, é também um índice do desprezo que o Estado e a sociedade brasileira, assim como grande parte das suas congêneres ocidentais, reservam a qualquer reivindicação de economia, sociedade, política, relações comunitárias e com a natureza que não estejam baseadas nas concepções hegemônicas do Ocidente impostas ao restante do mundo, inclusive aqui.

Assim, ainda que diversos grupos sociais presentes nesses territórios tradicionais ou periféricos (e tais conceitos também são tributários de uma perspectiva eurocentrada que em contraste concebem certos territórios como “modernos” e “centrais”) vivenciem suas existências a partir de outras ontologias e epistemes ou até tradições jurídicas, seus direitos só são reconhecidos como tais quando conseguem ser traduzidos no arcabouço jurídico e político construídos historicamente a partir de uma colonialidade que justamente os exclui. O paradoxo dos movimentos atuais de resistência é que, quanto mais povos e comunidades não-ocidentais ou economicamente vulnerabilizadas buscam assegurar suas próprias formas de viver e de se relacionar com a natureza; mais, eles precisam incluir em sua gramática de luta as concepções dominantes. Assim, hoje muitas dessas lutas se veem premidas a se apresentar como lutas por direitos humanos, ecológicas, ambientais ou por direitos sociais, quando fundamentalmente são lutas pelo direito de existir sob outras lógicas, culturas, economias e espiritualidades características da noção de pluriverso proposta por De La Cadena e Blaser (2018).

Uma consequência desse paradoxo é que embora nosso mapeamento busque se construir em diálogo com essas outras epistemes e modos de vida, só conseguimos acessar aquilo que passa pelo filtro da luta política, fazendo com que na maioria dos casos relatemos principalmente aquilo que essas comunidades e povos conseguiram traduzir enquanto demandas aceitáveis dentro do arcabouço sociojurídico dominante. Assim, por exemplo, a luta territorial dos povos indígenas, que inclui não apenas a terra onde vivem, nem somente os ecossistemas com os quais se relacionam, mas também as outras relações que estabelecem com o mundo, muitas vezes mediadas por relações com seres considerados sobrenaturais ou não-vivos pelo campo científico (mas que têm uma existência muito concreta e dialógica para muitos desses povos) acaba reduzida à luta pela demarcação de terras indígenas, uma categoria jurídica que embora tenha sido alargada após 1988, ainda deixa de fora uma parte considerável não apenas da sua territorialidade, mas sobretudo de sua experiência no mundo.

Mas mesmo essa parcela reduzida do estar no mundo indígena está permanentemente ameaçada por processos econômicos, legislativos e decisões jurídicas que ocorrem fora de seus territórios. Por esse motivo, embora limitado epistemicamente, já que a aproximação com essas outras dimensões da experiência indígena demandaria metodologias mais dialógicas e com maior capacidade de criar relações de confiança e proximidade com esses povos, o simples relatar das lutas dentro desse campo restrito de ação (a partir dos parâmetros, procedimentos e concepções estabelecidos pelo Estado colonial) acabam adquirindo uma importância estratégica e política significativa. Pois, sequer os direitos fundamentais inscritos nas legislações internacionais e nacionais relacionadas aos povos indígenas e outros povos análogos têm sido respeitados.

Assim, durante a construção do Mapa de Conflitos, percebemos o quão distante a grande parte de nosso país se encontra de um real diálogo intercultural com os demais povos que compartilham o território dito brasileiro. Se em alguns países da América Latina, como Equador e Bolívia, já ocorreram reformas constitucionais que dialogaram profundamente como as concepções ameríndias de bem viver

e de direitos da natureza (Walsh, 2008); ou em certas regiões da Oceania a mobilização dos chamados “nativos” permitiu que o Estado reconhecesse que entidades consideradas “não vivas” pelo pensamento ocidental, como os rios, também são sujeitos de direito (Tozzi, 2019), por aqui não conseguimos sequer fazer valer os preceitos mais básicos, e ainda limitados sob esse ponto de vista, da Constituição Federal de 1988. Vivemos numa situação política na qual até mesmo a humanidade desses povos tem sido fragilmente reconhecida socialmente, muitas vezes relegando-os, em alguns discursos, a uma suposta sub-humanidade; quanto mais reconhecimento o caráter multicultural e plurinacional da sociedade e do Estado no Brasil.

Em resumo, injustiças cognitivas, ambientais, territoriais, sociais e no acesso ao SUS acabam se entrelaçando a todo momento nos relatos que construímos e nos permitem perceber o quanto é fundamental que incorporem nesses textos outras dimensões das disputas que estão para além da promoção do acesso às políticas públicas, aos direitos sociais ou humanos ou, ainda, ao reconhecimento jurídico de territorialidades de povos e comunidades tradicionais. Junto com as urgências, que são muitas e que demandam ações políticas cotidianas para fazer valer os rarefeitos avanços no reconhecimento desses povos e comunidades dentro do nosso arcabouço jurídico; também estamos diante do desafio de considerar e incluir nos relatos, ainda que de forma limitada, essas concepções outras, face à sociedade nacional, que emergem dos territórios.

Do ponto de vista de um projeto que ocorre dentro de uma instituição de Estado ligada à saúde coletiva, isso impõe uma dupla capacidade de legitimação. Em primeiro lugar, é preciso fazer reconhecer que a promoção da saúde nesses territórios não pode estar limitada à ampliação do acesso ao SUS e às conquistas tecnológicas da biomedicina, mas que ela também inclui o reconhecimento do caráter fundamentalmente protetivo de uma série de outras dimensões da vida que historicamente têm sido desprezadas pelo campo da saúde como atribuição de outros setores do Estado ou que estariam para além das políticas públicas. São elas: a garantia do acesso e da qualidade ambiental dos territórios; o reconhecimento das práticas tradicionais de autocuidado e de prevenção a partir da relação com a alimentação e com as dimensões não materiais da vida, que costumamos reduzir às categorias de espiritualidade e religiosidade, mas que para muitos povos e comunidades não estão dissociadas de uma experiência holística da vida. Acima de tudo, é fundamental reconhecermos que a saúde está também imbricada com o agir político, como, por exemplo, reivindica o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST em sua definição de saúde: “Ter saúde é ter a possibilidade de lutar contra o que nos agride e nos ameaça, inclusive a doença. Ou seja, a intervenção em saúde deve fortalecer a capacidade de lutar” (Lima, 2018). Incorporamos tais perspectivas em nosso conceito fundamental de promoção emancipatória da saúde.

Se a Reforma Sanitária Brasileira foi um momento da história política do país em que se consolidou a perspectiva de que democracia é saúde, o momento atual nos impõe o desafio de considerar que a democracia não pode estar limitada às concepções hegemônicas de Estado e sociedade assumidas

pela modernidade eurocêntrica, mas qualquer processo de democratização em sociedades multifacetadas como a nossa deve considerar que existem outras formas de se conceber o processo decisório e a distribuição do poder que não passam necessariamente pelas instituições públicas, mas que com elas devem dialogar. Nesse sentido, democracia é saúde, mas progresso e desenvolvimento econômico sem respeito à natureza e à dignidade de inúmeros povos e comunidades que dela vivem e comungam podem ser contrários à democracia e à saúde dos povos e do planeta.

Um exemplo importante dessa dimensão política das lutas que envolvem povos e comunidades historicamente discriminados é que embora muitas deles/as estructurem seu agir político em torno de noções diversas como as relações com os antepassados, o respeito ao saber acumulado pelos mais velhos, a integral participação comunitária nos processos de decisão, o caráter pedagógico da ação política (que inclui a participação de crianças e jovens e até a influência de seres não-humanos ou extra-humanos nas decisões coletivas), nosso sistema de participação e nosso arcabouço jurídico ainda pressiona-os para uma crescente hierarquização dos processos de decisão e do estabelecimento de entidades jurídicas baseadas na ideia de democracia representativa ocidental. É por isso que, em muitos contextos, organizações políticas tradicionais como as autoridades espirituais e as grandes assembleias que operam com base em uma temporalidade mais fluída se entrecrocavam com figuras de representações como associações e conselheiros que, ao operarem a partir de uma lógica imposta externamente, atravessam muitos desses processos locais e geram cizânias e disputas internas.

Lidar com esses atravessamentos de uma colonialidade política que se impõe aos processos locais tem sido um desafio para nosso projeto, uma vez que nossa metodologia de trabalho, a partir de documentos e informações predominantemente secundárias, nos permitem acessar apenas fragmentos desses processos internos e muitas vezes a partir de mediações e filtragens realizadas por outros agentes do campo socioambiental (mídia, partidos políticos, movimentos sociais, instituições estatais etc.). Avanços teórico-metodológicos realizados nos últimos anos com a criação do Neepes têm propiciado trazer estratégias mais precisas para lidar com as contradições e paradoxos que mencionamos. Por exemplo, a relevância dos diálogos e traduções interculturais, assim como as metodologias sensíveis *co-labor-ativas* e não extrativistas. Estas incluem diferentes possibilidades de integrar o coração e o afeto, a ética e a política, a descolonização do conhecimento, o que Guerrero Arias (2010) denomina de *coraçonar*.

Portanto, temos aprimorado nossa capacidade de mapear e entender os efeitos desse processo, que muitas vezes se traduzem em fragmentações da luta política, divergências quanto a reivindicações identitárias, acusações de não-legitimidade de certas organizações que reivindicam falar em nome dos grupos sociais, multiplicação de lideranças que se contradizem no espaço público, e o mais importante, manipulação dessas divergências por outros grupos, interessados na fragilização da organização comunitária. São nesses contextos que emergem acusações de falsidade ideológica (especialmente no caso dos direitos indígenas e quilombolas); grupos comunitários ou sindicatos pró e contra determinados empreendimentos, ocasionalmente em confronto; fortalecimento de preconceitos sociais contra os

grupos em resistência; e até mesmo a tomada de decisões executivas ou jurídicas em frontal desacordo com o que está previsto pela legislação vigente, sob a justificativa de ilegitimidade das organizações ou grupos envolvidos (os casos de afirmações públicas de “não-existência” de indígenas e quilombolas em determinados territórios se multiplicam pelo país, por exemplo).

Isso se reflete no nosso trabalho no momento da elaboração dos casos, pois exige que os pesquisadores/as estejam atentos para lidar com as disputas de narrativas que emergem nos contextos e buscar distinguir aquilo que é “informação” a ser citada, daquilo que são “estratégias de manipulação com fins políticos”. Nem sempre esses limites são facilmente estabelecidos, e muitas vezes são extremamente difíceis de serem reconhecidos sem um profundo trabalho, mais que de análise documental e de discursos, simultaneamente empírico e dialógico que permita avançar na compreensão das lutas e seus contextos. Isto demanda uma permanente necessidade de verificação dos documentos acessados e de aproximação com os agentes presentes nos territórios para que possamos entender o que está em jogo em cada caso. Como nem sempre isso é possível imediatamente, somente a longo prazo conseguimos estabelecer uma maior fidedignidade e a confiabilidade dos relatos que veiculamos na plataforma, o que exige um trabalho permanente de revisão e atualização.

Essa necessidade nos impõe um desafio de grande monta, dada a limitação de nossos recursos e a crescente necessidade de atualizações e de incorporação de novos casos. Se em 2010, havia na plataforma perto de 300 casos, hoje já são mais de 600. Por isso, uma importante dimensão de nosso trabalho implica no acompanhamento das notícias e documentos que circulam sobre os casos a fim de estabelecer prioridades de atualização. Este processo ocorre paralelamente à incorporação de novos conflitos que emergem diariamente, especialmente em contextos de franca fragilização das políticas públicas e da infraestrutura de fiscalização ambiental e territorial no país derivadas das opções políticas do grupo no poder.

E isso também se traduz em desafio comunicacional, pois, devemos ser capazes não apenas de acessar as informações necessárias, mas também de construir relatos que sejam acessíveis a uma diversidade muito grande de usuários, como diferentes formações educacionais, culturais, políticas e objetivos, mas sobretudo, para permitir que nosso público-prioritário - aquelas pessoas envolvidas nos conflitos - também conheça o que está sendo produzido a esse respeito. Isso nos coloca diante da permanente necessidade de não apenas estar elaborando as fichas para o Mapa, mas também de construir estratégias de difusão do nosso trabalho, seja a partir das redes sociais, da participação em eventos promovidos em instituições universitárias, estatais ou ligadas aos movimentos sociais, bem como através das atividades de pesquisa e ensino realizadas atualmente pelo Neepees. O Mapa de Conflitos está de alguma forma sempre presente nas participações que sua equipe realiza nos diversos espaços pelos quais transita, já que temos múltiplas inserções no campo acadêmico e no das lutas sociais.

Um último desafio a ser aqui mencionado é estrutural. Manter uma plataforma desse tipo e uma equipe permanente de pesquisa, revisão, coordenação e tecnológica custa relativamente caro e

crescentemente os fundos associados à pesquisa e extensão no Brasil têm passado por restrições orçamentárias. Dessa forma, estamos diante do permanente desafio de assegurar a perenidade e a institucionalidade do mapeamento. Até 2016, isso se dava a partir de editais do Ministério da Saúde, especialmente a partir da antiga Coordenação Geral de Vigilância em Saúde Ambiental (CGVAM), como já foi dito. Hoje, cada vez mais o projeto depende de recursos orçamentários da própria Fiocruz para ser mantido, onde disputa internamente com dezenas de outros projetos em editais de financiamento a partir de convênios que a Fundação estabelece. O que demanda da equipe de coordenação uma permanente ampliação de sua capacidade de diálogo com os diversos setores da gestão pública, tanto a nível institucional quanto de outras possíveis fontes orçamentárias. Em resumo, para assegurar a sustentabilidade financeira do projeto, é preciso assegurar permanentemente uma comunicação que faça com que se reconheça sua relevância social e para o campo da saúde, o que temos conseguido realizar, não sem dificuldades, até o presente momento.

Um possível futuro sucesso dessa empreitada, contudo, nos colocará um novo desafio: caso o projeto do Mapa seja institucionalizado a partir da definição de um setor dentro da Fiocruz onde o Neepees possa futuramente abrir concursos que garantam uma equipe mínima com maior estabilidade, novos compromissos acadêmicos, institucionais e burocráticos surgirão. Como garantir a continuidade do Mapa mantendo os caros princípios aqui explicitados?

Esta questão é importante, pois historicamente na academia brasileira, e em boa parte do mundo, a institucionalização traz sempre uma crescente pressão por conformação às práticas metodológicas dominantes. Isso é especialmente verdade em um contexto, como o atual, no qual as instituições de pesquisa precisam lidar com a diminuição das fontes de financiamento e dos recursos que elas distribuem através de editais e políticas de fomento. Por isso, a busca por um equilíbrio entre a consolidação financeira e a liberdade metodológica e epistêmica é um desafio a ser enfrentado tanto especificamente pelo projeto do Mapa de Conflitos quanto pelo Neepees como um todo nos próximos anos. Conseguimos resistir por mais de uma década à pressão da burocratização, e este certamente será um dos elementos de nossas lutas futuras para assegurar a perenização de nossas perspectivas políticas e estratégias metodológicas e dos diálogos com os movimentos sociais que estabelecemos.

O QUE ALCANÇAMOS

Fazer um balanço do que alcançamos nos últimos 15 anos é certamente um desafio, mas tentaremos realizá-lo nesta subseção. Uma das dimensões mais importantes dessa experiência de mapeamento é certamente seu caráter pedagógico. E esse caráter deve ser entendido em seu duplo sentido dentro de uma perspectiva freiriana de educação. Ao mesmo tempo em que compartilhamos a experiência acumulada dos grupos sociais em luta, aprofundamos nosso próprio conhecimento a respeito dos vários mecanismos de exclusão tanto social como radical hoje em funcionamento no Brasil, de como eles têm

se transformado ao longo dessa década e meia de projeto, e sobre como os povos e comunidades mais socioambientalmente vulnerabilizados do país têm se adaptado a essas transformações.

Esse aprendizado tem se dado tanto no reconhecimento de diversos fenômenos que originalmente estavam fora de nossa perspectiva analítica - e os diálogos estabelecidos com os povos tradicionais de matriz africana, moradores das periferias urbanas e povos indígenas são apenas os casos mais recentes desse processo - como na necessidade de considerarmos outras dimensões das lutas sociais, que sempre estiveram presentes nos conflitos ambientais, mas que só ao longo do tempo fomos nos tornando mais sensíveis para melhor identificar e analisar.

Por outro lado, a equipe do Mapa de Conflitos, mais recentemente e a partir da consolidação do Neepes e das parcerias que o núcleo tem construído, tem atuado no sentido de fazer circular e disputar as narrativas a respeito do que está acontecendo nos territórios analisados e construir outras perspectivas sobre os direitos sociais de povos e comunidades e suas relações com o campo da saúde coletiva. Mais recentemente isto tem sido feito a partir de diversos diálogos interdisciplinares que incluem a economia política, as ciências sociais, a geografia humana, a saúde coletiva, a ecologia política, a agroecologia e as perspectivas pós e decoloniais.

Um componente estratégico do diálogo intercultural, como mencionamos, é o desenvolvimento e aplicação de metodologias sensíveis colaborativas, as quais incluem o uso de linguagens imagéticas, audiovisuais e poético-musicais amplamente usadas pelos povos e comunidades tradicionais, camponesas e movimentos sociais como um todo. Nesse sentido, o Neepes cada vez mais tem incorporado a produção de relatos fílmicos, gráficos (incluindo pinturas), e linguagens como a poesia e a música, incluindo o repente, o *rap*, a *slam poetry*, danças ritualísticas usadas por grupos étnicos, o preparo e consumo de alimentos produzidos por movimentos agroecológicos, dentre outros modos que trazem as linguagens da vida para junto da academia, já que esta tem se valido hegemonicamente das linguagens logocêntricas. Nos últimos anos vários documentários têm sido produzidos pelo ou com a participação do Neepes, presentes no canal do Youtube *Neepes em Movimento*. Crescentemente, o resultado dessa produção artística e imagética serão incorporados nas fichas do Mapa com o tempo.

Nesse crescendo de novos diálogos em subcampos emergentes do campo científico, nós também somos permanentemente premidos a agregar conhecimentos de áreas mais consolidadas, mas que têm sido incorporados nas lutas sociais, como o direito ambiental, a epidemiologia, as análises dos riscos dos sistemas sociotécnicos, a química ambiental, a ecologia, a história e a antropologia, por exemplo. Enfim, uma série de conhecimentos sistematizados que nos permitem aprofundar as várias dimensões dos conflitos ambientais.

Mas, acima de tudo, tem sido fundamental para o crescente reconhecimento social e científico do Mapa de Conflitos a nossa permanente disposição para estabelecer diálogos com aquilo que os povos e comunidades tradicionais e outros grupos sociais estão elaborando nas suas lutas sociais, muitas vezes através da aliança com importantes agentes do campo socioambiental, como os/as advogados/as

populares, as defensorias e ministérios públicos, os movimentos sociais de ação nacional ou internacional, os movimentos de base e setores sensíveis da academia, das instituições religiosas ou ocasionalmente de sindicatos e outros movimentos de trabalhadores/as.

Em resumo, buscamos aprender a partir dos diálogos com uma produção crescentemente interdisciplinar e intercultural para superar os desafios impostos por um contexto sociopolítico marcado por profundas discriminações, silenciamentos e invisibilizações, bem como pela manipulação de versões sobre os processos em favor dos interesses econômicos e políticos de certos grupos hegemônicos na sociedade brasileira e no mundo, como as elites industriais, rentistas e seus aliados no campo político.

Esse talvez seja o principal desdobramento epistêmico da nossa trajetória até agora, mas há também outra dimensão importante nesse processo, que é uma dimensão de interlocução muito potente que o Mapa pode adquirir, fazendo com que nos aproximemos de diversos agentes do campo socioambiental que estariam invisibilizados para nós se eles não se reconhecessem e não reconhecessem o Mapa de Conflitos como uma importante plataforma de difusão de informações de qualidade sobre suas situações ou aquelas com as quais têm envolvimento, ainda que indiretamente.

Para além dos convênios e cooperações institucionais que citamos nas subseções anteriores, nós também recebemos periodicamente contato de pessoas que vivem nos territórios onde os conflitos ocorrem, representantes de movimentos sociais, pesquisadores/as e até técnicos de instituições públicas ou privadas interessados em obter mais informações sobre as situações que relatamos, obter dados sobre o panorama dos conflitos ambientais no Brasil ou associados a determinadas populações ou processos produtivos, ou estabelecer algum tipo de diálogo a partir do convite para que apresentemos o Mapa de Conflitos em oficinas, seminários, congressos e, mais recentemente, em *lives* no YouTube e em outras ‘salas’, o que aceitamos na medida das nossas possibilidades.

Essas oportunidades que surgem a partir de indivíduos ou organizações nos permitem compartilhar aquilo que aprendemos ao longo desse processo, convidar pessoas a contribuir na plataforma. Inclusive algumas fichas ali veiculadas foram inclusive elaboradas por pessoas que não pertencem à equipe fixa de pesquisadores/as do Mapa, mas que se voluntariaram a fazê-lo sob nossa supervisão e a partir de nossa metodologia. Também surgem propostas de integração e troca de informações com outras plataformas que estão sendo construídas. Os casos já mencionados envolvendo o Intermapas e a intranet do MPF talvez sejam as cooperações que tenham avançado mais, mas ocasionalmente somos convidados a conversar com organizações interessadas em algum tipo de integração tecnológica com nossa plataforma. Algumas dessas conversas avançam e outras não, mas são sempre momentos importantes de reconhecimento e interconhecimento de grupos de pesquisa e/ou de ação política que estão atuando no campo socioambiental a partir de perspectivas semelhantes ou distintas da nossa, com as quais estabelecemos algum nível de intercâmbio e comunicação.

Outro importante canal de diálogo estabelecido pela equipe do Mapa de Conflitos é o compartilhamento de nossa experiência e metodologia com outras iniciativas de mapeamentos (que

podem ou não incorporar algo dela em suas próprias plataformas), o que certamente contribui para que considerem questões associadas àquilo que aprendemos ao longo de nossa trajetória. Vale, por exemplo, citarmos também a oportunidade que tivemos de apresentar nossa metodologia para a equipe que então estava desenvolvendo o Observatório dos Conflitos Rurais no estado de São Paulo da Universidade de Campinas – Unicamp; para a equipe do Observatório de Conflitos de Mineração e Metalurgia, uma iniciativa do Comitê em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, entre outros.

Em resumo, cria-se, ainda que informalmente, uma rede de experiências de mapeamento que podem trocar informações, perspectivas e estratégias metodológicas entre si, o que as fortalece mutuamente e amplia sua capacidade de atingir seus objetivos políticos de se colocarem como parceiras de povos e comunidades em luta, além de produzir novos tipos de conhecimento que só são possíveis ao se ir além da dimensão territorial de cada caso e começar a considerar o que aqueles conflitos têm em comum, dentro da uma escala de trabalho estadual, nacional, internacional, continental ou global.

Por último, é importante salientar que o projeto do Mapa de Conflitos ainda está em desenvolvimento. Não é o tipo de pesquisa que se encerra em algum momento, mas ao longo dos anos ela tem se transformado de acordo com os contextos históricos, sociais e epistêmicos de cada momento. Ainda há muitos desafios a serem enfrentados, especialmente quando consideramos que as opções políticas e econômicas dos grupos no poder frequentemente tendem a intensificar os conflitos ambientais já existentes, fazem eclodir novos conflitos ou aumentar a violência nos territórios. Especialmente após vivermos uma crise sanitária inédita neste milênio devido à pandemia de Sars-Cov-2, o chamado “novo coronavírus”, que, ao mesmo tempo que desencadeou ou aprofundou as crises sociais e econômicas em curso, ceifou importantes vidas de lideranças em luta e fragilizou as mobilizações sociais quando algumas das mais importantes estratégias de enfrentamento da epidemia nos territórios impõem o estabelecimento de barreiras sanitárias informais (onde o Estado se nega a atuar), o isolamento social e a não-aglomeração de pessoas.

Estas medidas ao mesmo tempo expõem as pessoas a mais esse risco sanitário, e pressionam-nas a se mobilizar para assegurar a integridade de seus territórios da invasão de madeireiros, garimpeiros e outros. Também impõem a elas a necessidade de evitar algumas de suas estratégias mais efetivas de pressão social, como as manifestações massivas; fechamentos de vias de trânsito; ocupação de prédios públicos; ou os chamados “empates”, quando impedem a continuidade de atividades danosas ambiental e socialmente, entre outras. Estas estratégias têm na mobilização popular e no diálogo um elemento importante de exercício do poder popular e de reivindicação de maiores espaços de participação social no processo decisório. Certamente, um elemento das democracias modernas ao qual os grupos à frente do governo federal são abertamente contrários.

Em resumo, é nesse contexto de frequentes e profundas crises sociais, democráticas, ecológicas e sanitárias que nós somos instados a nos reinventar permanentemente a fim de alcançarmos nossos objetivos e contribuirmos para que os movimentos de resistência também alcancem os seus. O que nos

impõe o permanente questionamento (que nos acompanha desde o primeiro momento): o que e como faremos de agora em diante?

OS DESAFIOS A ENFRENTAR PARA CONSTRUIR UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA, INCLUSIVA E SAUDÁVEL

Por fim, é importante salientar algumas de nossas perspectivas para o futuro. Um dos paradoxos que acompanham projetos como o nosso é que eles só atingem seus objetivos quando se tornam desnecessários, pois as situações que justificaram sua existência foram socialmente superadas. Infelizmente não há no horizonte perspectiva de que tal “utopia” ocorra no curto prazo, dadas as tendências atuais de intensificação deste tipo de conflito no Brasil e no mundo. Uma sociedade mais justa, fraterna, saudável e pós-colonial é ainda um horizonte de lutas para os movimentos sociais brasileiros e para seus aliados. E como todo horizonte, ele nos impulsiona a continuar a caminhar, em direção a objetivos que se transformam com os avanços e a persistir diante dos retrocessos.

Ao nos desafiar a relatar os casos de conflitos ambientais com o objetivo de contribuir para seu enfrentamento junto com os povos e comunidades que são discriminados, vulnerabilizados e eventualmente adoecidos e mortos, estamos nos colocando como agentes em um campo marcado por profundas injustiças e violências. Ocasionalmente também sofremos pressões sociais para retirarmos alguma ficha do ar. Sabe-se que uma das questões mais candentes no campo científico brasileiro neste momento é justamente as crescentes tentativas de criminalização dos projetos de pesquisa contra-hegemônicos, geralmente sob a roupagem de acusações de mal uso de dinheiro público, questões éticas, metodológicas ou até mesmo acusações de “acientificidade”.

Há inúmeros casos ligados aos campos das lutas socioambientais de pesquisadores/as que foram pressionados/as por grupos violentos ligados aos “empreendedores”, ao Estado ou aos grupos de pressão socialmente fascistas. Algumas pessoas tiveram suas vidas fragilizadas por esses processos, responderam processos civis e judiciais, foram presas injustamente, sofreram violências ou até acabaram tirando sua própria vida em decorrência das pressões, como aconteceu com Luiz Carlos Cancellier de Olivo, então reitor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) (Abrasco, 2018) ou decidindo, como, por exemplo, a pesquisadora Larissa Bombardi (Santos, 2021), deixar o país após ser ameaçada devido às pesquisas que realizava com agrotóxicos. São casos extremos, mas que permeiam atualmente a vivência das/dos pesquisadoras/as que atuam nesse campo. Por isso, um dos primeiros desafios para o futuro é simplesmente resistir individual e institucionalmente à intensificação desses processos em um contexto cada vez socialmente mais adverso para o campo científico, especialmente para os grupos engajados em apoiar os grupos que atuam nas lutas socioambientais.

É por isso que, enquanto pesquisadores/as do Mapa/Neepes, temos nos aproximado de grupos acadêmicos que estão hoje na linha de frente da resistência a tais processos, como a Rede Irerê de Proteção à Ciência, surgida em 2020 a partir da articulação de integrantes de diversos grupos temáticos

da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) com o apoio de organizações como o Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes), Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), Associação Brasileira de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (ABRASTT), Frente Ampla em Defesa da Saúde dos Trabalhadores e Trabalhadoras, ASFOC-SN, ONG Terra De Direitos, Rede de Médicas e Médicos Populares, MST, Fórum Nacional de Combate aos Agrotóxicos, Movimento Ciência Cidadã, entre outras (Dias, 2020).

Essa não é uma situação nova para pessoas que atuam no campo socioambiental. Assassinatos, invasões e violências diversas são algumas das principais consequências sobre a vida das pessoas que vivem nesses territórios. São inúmeros os casos de lideranças comunitárias e defensores dos direitos humanos assassinados/os nos últimos anos, informação que tem sido coligida pela CPT anualmente em seu Caderno de Violência no Campo, mas também denunciadas por diversos outros movimentos sociais.

O que diferencia o atual momento político de outros vividos no País desde o processo de redemocratização é justamente o crescimento do negacionismo científico acoplado ao fascismo social com representação política no Estado, hoje mais fortemente no Congresso Nacional, mas até 2022 no próprio Governo Federal, a partir da atuação de legisladores, gestores e agentes do judiciário e até do processo de militarização das instituições públicas, como se verificou no Ministério da Saúde e nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas, por exemplo durante o Governo Bolsonaro; outrora importantes espaços de interlocução entre o SUS e a sociedade, bem como no Ibama e no ICMBio. A extinção de diversos conselhos e espaços de participação social, como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), mudanças nas orientações políticas da Fundação Nacional do Índio (Funai) e até a fusão do Ministério do Trabalho com a pasta da Fazenda (originando o atual Ministério da Economia) ou do Ministério do Desenvolvimento Agrário com o da Agricultura foram outros exemplos desse período, bem como os frequentes cortes no orçamento do Ibama e de outros órgãos responsáveis pela fiscalização ambiental, assim como da saúde, da educação e da ciência, como o CNPq e a CAPES.

Todos esses processos fragilizaram tanto as medidas de proteção dos territórios tradicionais, da segurança do trabalho, da sustentabilidade das comunidades e da vida das pessoas que lutam para assegurar sua sobrevivência face a esses processos, quanto dos pesquisadores/as que atuam em parceria com eles. Portanto, para os próximos anos será fundamental refortalecer o que foi fragilizado ou desmontado e aprofundar as relações de confiança e parceria entre os diversos grupos ligados aos movimentos sociais, setores ainda resistentes do Estado e dos centros de pesquisa para fazer valer a defesa de direitos fundamentais inscritos na nossa Carta Magna, bem como das políticas públicas necessárias para concretizá-las.

É nesse contexto que os desafios de continuidade e perenização permanecem candentes para nosso mapeamento. Só podemos continuar a contribuir para a construção de sociedades mais justas e saudáveis se continuarmos a existir. Esse desafio também foi intensificado no campo de lutas socioambientais pela pandemia de Covid-19. Ao mesmo tempo em que importantes lideranças dos

territórios estavam morrendo ou socialmente isoladas (como medida sanitária ou pelas dificuldades de acesso a tecnologias de comunicação remota), contribuindo para a desarticulação das lutas; muitos projetos de pesquisa que dependem do profundo diálogo com as pessoas que vivem e lutam nesses territórios acabaram sendo inviabilizados, temporariamente suspensos ou tendo que se adaptar aos limites de uma metodologia construída com base em oficinas virtuais e outras atividades à distância, em grande parte insuficientes para alcançar os objetivos propostos e para o estabelecimento dos diálogos interculturais.

Embora busquemos permanentemente estar próximos do que ocorre em cada território a partir do diálogo com agentes que lá estão, esse processo tem sido cada vez mais atravessado por questões técnicas e políticas face a um contexto de permanente crise sanitária, econômica e social. De repente, lideranças com as quais conversávamos são assassinadas ou morrem por doenças infecciosas, ou ainda, os movimentos sociais ou grupos parceiros de pesquisa perdem seus principais agentes nos territórios e subitamente alguns canais de diálogo cessam de existir, demandando repensarmos estratégias para alcançar nossos objetivos.

Assim, o aprofundamento das ameaças aos territórios também implica em repensar nossas estratégias metodológicas, já que como afirmamos ao longo do texto, elas precisam se transformar *pari passu* com as transformações sociais, políticas e econômicas em curso em cada momento. Por isso, se quisermos continuar a realizar esse trabalho precisaremos incorporar cada vez mais o espírito daquele viajante que no século XIX, pela pena do poeta espanhol Antonio Machado, afirmava:

Caminante, son tus huellas
el camino y nada más;
Caminante, no hay camino,
se hace camino al andar.
Al andar se hace el camino,
y al volver la vista atrás
se ve la senda que nunca
se ha de volver a pisar.
Caminante no hay camino
sino estelas en la mar.

REFERÊNCIAS

- Acsegrad, H.; Herculano, S. E.; Pádua, J.A. (Orgs.). Justiça Ambiental e Cidadania. 2.ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2004. 315 p. ISBN 85-7316-353-4.
- Almeida, S. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte: Letramento, 2018. 203p.
- Associação Brasileira De Saúde Coletiva. Sem provas PF encerra inquérito que levou Reitor Cancellier ao suicídio. Notícias Abrasco, 23 out. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3gJM0cA>. Acesso em: 27 abr. 2021.

- BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca. Mapa de conflitos ambientais e saúde é lançado na Ensp. Informe ENSP, 03 mai. 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3np3Cfj>. Acesso em: 27 abr. 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca. Núcleo Ecologias, Epistemologias e Promoção Emancipatória da Saúde - Neepees. BA – Comunidade da Ilha da Maré luta para afirmar identidade, titular territórios quilombolas e combater práticas de racismo e degradação ambiental. Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, 20 dez. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3v1CPmU>. Acesso em: 27 abr. 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca. Núcleo Ecologias, Epistemologias e Promoção Emancipatória da Saúde - Neepees. O Campo na Cidade: resistências, (re)existências e interculturalidades no cuidado e na alimentação (videodocumentário). You Tube, 23 dez. 2020. Canal Neepees em Movimento. Duração: 46:52. Disponível em: <https://youtu.be/pHQtl5SbXnA>. Acesso em: 27 abr. 2021.
- De La Cadena, M. E.; Blaser, M. (Orgs.). A world of many worlds. Durham: Duke University Press, 2018.
- Dias, B.C. Lançada a Rede Irerê de proteção à Ciência. Notícias Abrasco, 20 out. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/2QXJdBT>. Acesso em: 27 abr. 2021.
- Escobar, A. Worlds and knowledge otherwise: the Latin American modernity/coloniality research program. Cultural Studies, v. 21, n. 2-3, 179-210, 2007.
- Estados Unidos Da América. U.S. Government Accountability Office - GAO. Siting of hazardous waste landfills and their correlation with racial and economic status of surrounding communities. Washington: GAO, 1983. Disponível em: <http://goo.gl/0xvq>. Acesso em: 27 jan. 2015.
- Foucault, M. A arqueologia do saber. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, 7.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. 238 p. (Campo Teórico). ISBN Tradução de: L'archéologie du Savoir (1969). ISBN 978-85-218-0344-7.
- Guerrero Arias, P. Corazonar el sentido de las epistemologías dominantes desde las sabidurías insurgentes para construir sentidos otros de la existencia. Calle, 14 - Revista de Investigación En El Campo Del Arte, 4 (5): 80–95, 2010.
- Lazarus, R.J. Environmental Racism! That's What It Is. Georgetown Law Faculty Publications, 2000. Pp 255-274. Disponível em: <https://bit.ly/3gJtp0k>. Acesso em: 27 abr. 2021.
- Lima, W. Lutar por saúde é lutar pela vida. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 7 jun. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3eEyKx5>. Acesso em: 27 abr. 2021.
- Maldonado-Torres, N. On the coloniality of being: contributions to the development of a concept. Cultural Studies, v. 21, n. 2-3, 240-270, 2007.

- Martínez Alier, J. O Ecologismo dos Pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração. Tradução de Maurício Waldman. Apresentação de Wagner Costa Ribeiro. 2. reimp. São Paulo: Contexto, 2011. 379 p. (Meio Ambiente). ISBN 978-85-7244-358-6.
- Moore, J. et al. Anthropocene or Capitalocene? nature, history, and the crisis of capitalism. Oakland: PM Press, 2016. 240 p. ISBN 9781629631486.
- Pacheco, T.; Faustino, C. A Iniludível e Desumana Prevalência do Racismo Ambiental nos Conflitos do Mapa. In: Porto, M.F. S; Pacheco, T.; Leroy, J.P (Orgs.). Injustiça ambiental e saúde no Brasil: O Mapa de Conflitos. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013. Pp. 73-114. ISBN 978-85-7541-434-7.
- Pacheco, T; Porto, M.F.S.; Rocha, D.F. Metodologia e resultados do Mapa: uma síntese dos casos de injustiça ambiental e saúde no Brasil. In: Porto, M.F. S; Pacheco, T.; Leroy, J.P (Orgs.). Injustiça ambiental e saúde no Brasil: O Mapa de Conflitos. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013. Pp. 35-72. ISBN 978-85-7541-434-7.
- Pacheco, T.; Ribeiro, T. Mapa de conflitos causados por Racismo Ambiental no Brasil - levantamento inicial junho de 2007. Arquivo CPP Nacional. Olinda: CPP, 2007. 191 p. Disponível em: <https://bit.ly/3dXIpGm>. Acesso em: 27 abr. 2021.
- Porto, M.F.S; Finamore, R.; Rocha, D. Saúde como Dignidade: Riscos, saúde e mobilizações por justiça ambiental. Rio de Janeiro: Fiocruz: ENSP: NEEPE: EJOLT, 2018. 194 p. ISBN 978-85-81100-59-3.
- Porto, M.F.S; Malerba, J; Souza, J; Sevá, J; Pereira, I; Quintana, A.C.; Rocha, D.F. Relatório do Banco Temático da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (2002-2006). Rio de Janeiro: RBJA: ENSP: FASE-RJ, 2006. 42 p. Disponível em: <https://bit.ly/2PvvrWS>. Acesso em: 27 abr. 2021.
- Porto, M.F.S; Rocha, D.; Pacheco, T. Agrotóxicos, armas de uma guerra não declarada. In: Canuto, A; Luz, C.R.S.; Andrade, T.V.P. (Coords.). Conflitos no Campo – Brasil 2015. Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2015. 240 p.
- Quijano, A. Colonialidad del poder y clasificación social. Journal of World-Systems Research, vol. XI, n. 2, pp. 342-386, 2000.
- Santos, B.S. A gramática do tempo: para uma nova cultura política. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010. 511 p. (Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática, 4). ISBN 978-85-249-1242-9.
- Santos, B.S. Introducción: Las epistemologías del sur. In: SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula (Eds.). Epistemologias del Sur. Madrid: AKAL, 2014. pp. 11–22. (Perspectivas). ISBN 978-84-460-3955-6.
- Santos, M. Após intimidações por luta contra agrotóxicos, pesquisadora decide deixar o país. Combate Racismo Ambiental, 19 mar. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/32QHnWf>. Acesso em: 27 abr. 2021.

- Shiva, V. A Violência da Revolução Verde: agricultura, ecologia e política do terceiro mundo. Tradução de Luís Humberto Teixeira. Lisboa: Mahatma, 2015. 265 p. ISBN 978-989-8522-61-0.
- Tozzi, R.H.B.B: Eu sou o rio, o rio sou eu: a atribuição de personalidade jurídica aos bens naturais ambientais. Revista de la Facultad de Derecho y Ciencias Políticas, 49 (131), pp. 255-277, 20019. doi: <http://dx.doi.org/10.18566/rfdcp.v49n131.a02>.
- Visvanathan, S. The search for cognitive justice. India Seminar, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/3aJnJ2I>. Acesso em: 27 abr. 2021.
- Wallerstein, I. The Capitalist World-Economy: Essays. Cambridge: Cambridge University Press, 1979. 305 p.
- Walsh, C. Interculturalidad, plurinacionalidad y decolonialidad: las insurgencias político-epistémicas de refundar el Estado. Tabula Rasa, n. 9, pp. 131–152, 2008. ISSN 1794-2489.

Índice Remissivo

A

ADO 26, 238, 262
Amazônia, 6, 7, 62, 63, 67, 68, 69, 70, 71, 72,
73, 74, 75, 144, 152, 249, 250, 251, 252, 255,
256, 257, 258, 259, 260

B

Brasil, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 41, 43, 45, 46,
47, 49, 52, 54, 56, 238, 239, 240, 241, 242,
243, 244, 245, 247

C

Covid-19, 157, 169, 172, 176
Criminalização, 244

E

Ecosocialismo, 192, 205
Estados Unidos, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24,
25, 26, 27, 28, 29

F

Facções, 70, 74
Fórum Social da Pan-Amazônia, 179
FOSPA, 179, 181, 182, 183, 184, 185, 188, 189,
190, 191

G

Geografia, 62, 67

H

Homofobia, 245

M

Mineração, 126, 127, 251, 252, 258

N

Neoliberalismo, 181

S

Saúde, 6, 7, 8, 9, 13

Os organizadores



Tiago Siqueira Reis

Professor do curso de Licenciatura Intercultural, no Instituto de Formação Superior Indígena - Insikiran, da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestre em História pela Universidade Nova de Lisboa/Portugal, linha de pesquisa História Contemporânea. Pós-doutor no Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras (PPGSOF), pela Universidade Federal de Roraima (UFRR). Licenciado em História e Sociologia, e bacharel em Turismo. Contato: siqueira.treis@gmail.com



Evânio Mascarenhas Paulo

Professor Adjunto, nível A, na Universidade Federal de Roraima, onde ocupa o cargo de Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras. Doutor em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Sul. Mestre em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará. Graduado também em Economia pela Universidade Regional do Cariri. Linhas de pesquisa: ciência social, em especial à Ciência Econômicas, sendo que elas estão contidas em revistas, livros e anais de congressos, tanto nacionais como internacionais, de reconhecida notoriedade. Contato: evanio.paulo@ufrr.br



9786585756488



Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000

Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil

Telefone (66) 9608-6133 (Whatsapp)

<https://www.editorapantanal.com.br>

contato@editorapantanal.com.br